

TEMPO DE ITINERÂNCIA E ESPAÇO APROPRIADO NOS CERRADOS À OESTE

Francisco Emanuel Matos Brito*

Até a década de 60 a região Oeste da Bahia apresentava como principal atividade econômica a pecuária extensiva praticada pelos latifúndios, secundada por uma agricultura de subsistência presente nos minifúndios, consubstanciada nos cultivos de milho, feijão e arroz, aliada a uma pequena criação.

Neste período a região em foco permanece praticamente isolada da Capital, das demais regiões do estado da Bahia e das áreas mais dinâmicas do país, como se fosse um espaço que se preservava e ao mesmo tempo aguardava a presença do capital agro-industrial com todo o seu séquito de transformações sobre as relações pré-existentis.

O final dos anos 60 até a década seguinte, fará com que o tempo que até então passava lentamente, registrando mudanças quase imperceptíveis no espaço regional, ganhe uma velocidade significativa para poder acompanhar o rápido processo de transformações que se farão presentes a partir da instalação do 4º BEC-Batalhão de Engenharia de Construção (1) o qual se encarregará da construção das rodovias BR-020 (Barreiras-Brasília) e BR-242 (Barreiras-Salvador), que, atualmente cortam a região. Verifica-se,

então, a implantação do perímetro irrigado pela CODEVASF nos municípios de Barreiras e São Desidério, que atrairá as empresas de construção civil; a implantação de projetos de reflorestamento e de destilarias com vistas ao Pró-Álcool e, finalmente, mas não menos importante, ocorre a vinda de empresários rurais da zona cacaueteira, de outras regiões do estado e fazendeiros pernambucanos que implantaram projetos agro-pecuários nas áreas de vale com recursos creditícios do FINOR, SUDENE e Banco do Nordeste.

A chegada destes agentes externos ocasionou mudanças profundas no espaço regional, via ampliação do processo de pressão sobre a terra, acarretando assim a compra de terras a preços baixos para a especulação, a apropriação de áreas ocu-

padas (pelos posseiros) e de terras públicas pela ação dos grileiros que lançaram mão da violência física e do forjamento de escrituras, a introdução do trabalho assalariado, a chegada dos técnicos do 4º BEC e da CODEVASF, dos insumos e equipamentos agrícolas e com o asfaltamento das rodovias verifica-se a ligação do estado à região Nordeste ao mesmo tempo em que, os cerrados, se integram aos espaços mais dinâmicos do país, via Brasília.

Neste processo de modernização das relações de produção a cidade de Barreiras experimenta uma rápida urbanização não só pela sua localização estratégica com relação a Brasília e ao centro-sul do país, como também pelo fato de dispor de alguns serviços diretamente demandados pelos agentes externos recém instalados, a

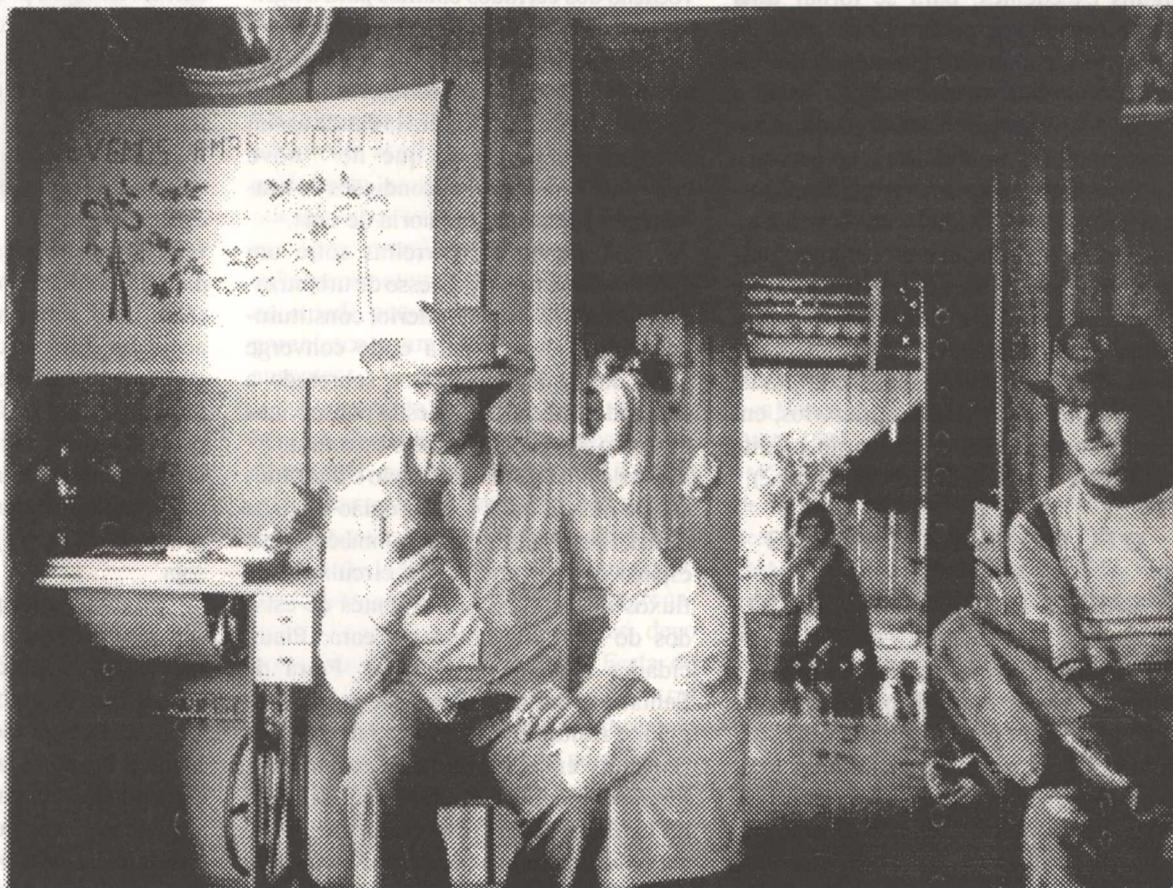


Foto: Arquivo CEM

exemplo das agências bancárias, cartórios, hotéis, escolas e demais serviços relacionados à produção agro-pecuária como algumas revendedoras de adubos, inseticidas, máquinas e equipamentos agrícolas, etc., fazendo com que migre também para lá uma mão-de-obra sem qualificação, constituída pelos moradores e posseiros, vítimas da especulação fundiária desencadeada nesta década.

Todas estas transformações postas em marcha na década anterior, acabaram como que lançando as bases de forma a criar as condições apropriadas para que a região passasse a merecer a atenção enquanto espaço de acumulação tanto dos capitais nacionais quanto internacionais. Assim é que, em termos de ocupação, podemos afirmar que ocorre um processo de sucessão tanto em nível temporal quanto em nível espacial. Doravante a fronteira agrícola dos cerrados deixa de ser uma frente de expansão, caracterizada pelo uso privado das terras devolutas, que não assumem a equivalência de mercadoria, pelos posseiros ou ocupantes que praticam a agricultura de subsistência, com a venda de alguns excedentes, para se tornar uma frente pioneira a partir da chegada da agricultura comercial, baseada majoritariamente no cultivo da soja que se instaura como um empreendimento econômico onde empresas imobiliárias, comerciais, bancárias, etc., loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção e o comércio, passando-se assim, ao contrário da frente anterior, da produção do excedente para a produção de mercadoria e onde a terra ao invés de ser ocupada, ela é comprada, possibilitando aos seus proprietários, enquanto mercadoria, o acesso ao crédito rural como à atividade especulativa (2).

O FLUXO MIGRATÓRIO NOS CERRADOS E A REAPROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

No início da década de 80 verifica-se a vinda para os cerrados de produtores provenientes sobretudo do Paraná e Rio Grande do Sul, os quais foram praticamente expulsos de suas terras nas áreas de origem (3) face ao pequeno tamanho de suas propriedades, aliado à impossibilidade de expandi-las devido aos altos preços/ha no

mercado de terras fazendo com que estes produtores, num processo de expansão da fronteira agrícola, orientassem seu deslocamento para os cerrados baianos onde, com os recursos auferidos a partir da venda das terras nos estados de origem, podiam mais do que decuplicar o patrimônio através da aquisição de grande quantidade de terras ao preço de uma refeição/ha, terras estas que, por se situarem em área de fronteira agrícola, contavam ainda com um programa de crédito com juros subsidiados por parte do governo federal. Além das famílias de produtores, vieram também algumas médias e grandes empresas e cooperativas, as quais traduzidas em capitais privados, associadas aos estímulos governamentais, promoveram a inserção do Oeste da Bahia enquanto espaço destinado à produção de grãos, sobretudo soja baseada em moldes capitalistas e destinada, majoritariamente, ao mercado externo.

A partir daí passa-se a viver o chamado "boom da soja" com a profusão de reportagens veiculadas nos meios de comunicação estaduais e nacionais mostrando o vocação dos cerrados baianos para a agricultura moderna, tendo à frente o cultivo da soja e destacando a decisão acertada dos atuais bem sucedidos produtores sulistas em terem se deslocado para lá dando assim margem à crença de que no "novo eldorado" todos teriam condições de acalantar os sonhos de melhoria de vida.

A cidade de Barreiras sofre um aprofundamento do processo de urbanização iniciado na década anterior constituindo-se num espaço para onde converge parte dos sojicultores (4) e sobretudo a demanda especializada destes por serviços de apoio à produção e infra-estrutura. Além de pólo de concentração e distribuição de mercadorias para a região oeste da Bahia, Barreiras se apresenta também como espaço de convergência e circulação de fluxos migratórios provenientes de estados do Nordeste como o Ceará, Piauí, cidades baianas como Irecê, Feira de Santana e outras cidades da própria região, e residirão nas "pontas de rua" de Barreiras enquanto buscam empregar a força de trabalho não especializada, fruto da substituição da parceria pelo assalariamento nos períodos de "pique" de plantio e colheita da soja e em ativida-

des não agrícolas.

A importância que cidades como Barreiras passam a desempenhar é resultado da penetração e gestão pelas cooperativas (COTIA, COACERAL, COPERGEU) e grandes empresas (CEVAL, OLVEBASA, revendedores de equipamentos e insumos) que passam a reorganizar o espaço regional em função de suas necessidades de produção e expansão em escala nacional. Assiste-se também, enquanto movimento complementar à rede urbana, ao surgimento dos núcleos habitados pelos gaúchos, paranaenses e nisseis a exemplo de Mimoso do Oeste, Roda Velha, Novo Paraná e Rosário, que gravitam em torno das atividades ligadas à soja e dos serviços prestados pelas cooperativas aos seus associados.

No tocante ao emprego da mão-de-obra esta agricultura moderna intensiva em capital apresenta um conteúdo perverso na medida em que se caracteriza por uma baixa absorção de mão-de-obra a qual está em torno de 01 (um) trabalhador fixo para 70 ha. Vale salientar que a mão-de-obra assalariada fixa, por ser especializada na cultura da soja é proveniente do sul do país e a mão-de-obra temporária não especializada empregada no plantio e na colheita é proveniente da região e de outros estados nordestinos.

Por outro lado a exigência de aumento da área mínima para o cultivo de soja, estimada em 500 ha, está diretamente relacionada à ligação umbilical da cultura da soja com o complexo agro-industrial (5) e caso a mesma seja levada a cabo acarretará um crescimento no consumo de equipamentos, insumos e outras ofertas de matéria-prima (grãos) para as indústrias processadoras, azeitando assim os lucros de toda uma engrenagem representada pelos capitais industriais, situados tanto à montante quanto à jusante da produção de soja.

Tal exigência apresenta um caráter de seleção econômica na medida em que somente aqueles produtores que dispõem de capacidade de autofinanciamento, decorrente da boa gestão dos seus empreendimentos em anos anteriores, apresentam capacidade de expansão da área cultivada. Aquele produtor que possui uma área cultivada inferior a 500 ha. passa a não ter acesso a financiamento para aquisição de

colheitadeira. Pelo fato de não dispor de capacidade de autofinanciamento e por não ter colhido uma safra que permitisse a cobertura dos custos de produção este produtor passa a se endividar junto aos bancos e, até mesmo junto a outros produtores que praticam a agiotagem.

E O SONHO, ACABOU?

Segundo relatos colhidos no município de Barreiras, muitos destes produtores endividados foram forçados a vender suas terras e a continuar seguindo as pegadas da soja nas áreas de expansão recente (Piauí e Maranhão), onde darão continuidade ao eterno recomeçar e para onde transferirão o sonho de melhoria de vida.

O endividamento dos produtores persiste e tem crescido em função dos preços baixos, da quebra de 47% da safra 89/90, da defasagem cambial, entre outros, levando os produtores a protestarem via Frente Ampla da Agricultura do Oeste, fechando bancos, estradas e se dirigindo em caravana para Brasília.

Chega-se, assim, à safra 91/92, quando um montante de 22 bilhões de cruzeiros, derivados de dívidas pendentes de anos anteriores, foram renegociados. Soma-se a isso, um novo empréstimo, liberado pelo Banco do Brasil de Barreiras, no valor de 45 bilhões de cruzeiros, destinados ao pré-custeio; tais recursos provocaram um incremento na área destinada ao cultivo da soja da ordem de 35% em relação ao ano anterior (230.000 ha.) (6).

Ao cabo de 12 anos a área cultivada com soja nos cerrados baianos saltou de 1.186 ha. cultivados em 1980, para 310.000 ha. em 1992, gerando uma produção de 650.000 ton. Mesmo se levarmos em conta 60.000 ha. cultivados com arroz, 50.000 ha. com milho, 20.000 ha. com feijão e 20.000 com cereais irrigados, a soma destas áreas cultivadas ainda é bastante pequena quando consideramos que dentre os 10,5 milhões de ha. dos cerrados baianos existem em torno de 5 milhões de ha. já apropriados e grande parte desta área integra o estoque de terras da oligarquia pecuária, das empresas e das cooperativas.

Neste período, enquanto parte dos produtores que não dispunham de capacidade de autofinanciamento se deslocaram juntamente com seus sonhos dos cerrados



Foto: Arquivo CEM

baianos para a fronteira do Piauí e Maranhão, observa-se por volta de 1984 a chegada de grandes grupos empresariais, dispostos a adquirir grandes quantidades de terra para o cultivo irrigado da soja, frutícolas, criação de bovinos, suínos e aves em escala industrial.

Além disso os cerrados baianos estão praticamente fechados à entrada de novos produtores migrantes com pequena capacidade de autofinanciamento em razão da reestruturação espacial em curso a qual está relacionada com a lógica acumulativa ditada pelos interesses do complexo agro-industrial.

Para os posseiros, que perderam suas terras na fase de implementação de projetos agro-pecuários e para os que foram impedidos de continuar utilizando a área de cerrado para criação extensiva em função do cercamento das terras para cultura de soja, somados aos que vieram de outros municípios baianos e nordestinos, restalhes habitar a periferia de Barreiras engrossando as favelas de Vila Brasil, Papelão e Novo Frigorífico, na condição de população excedente e disponível à espera de empregos temporários tanto no setor urbano quanto no rural.

* Francisco E. M. Brito é mestre em Sociologia, Prof. da disciplina Sociologia Rural na Escola de Agronomia da UFBA e Assessor Estadual da CAR no Projeto Nordeste/PAPP.

NOTAS

1) A instalação do 4º BEC foi considerado o primeiro incremento em termos de imigração regional com a vinda de 2.000 pessoas entre familiares e funcionários para Barreiras.

2) Ver MARTINS, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo. SP, Pioneira, 1985, págs. 45-47.

3) Em entrevista com um dos Diretores da COPERGEL, Sr. Antonio Moranbini, este afirmou que, em torno de 80% dos produtores de soja que moram no Núcleo Habitacional Novo Paraná, vieram para Barreiras em função da desapropriação de suas terras para a Barragem de Itaipú.

4) O chamado "cinturão da soja" é composto pelos municípios de Barreiras, São Desidério, Formoso do Rio Preto, Riachão das Neves, Baianópolis e Correntina.

5) Compreende os setores industriais ligados à produção de adubos, máquinas, agrotóxicos, que são produzidos para a agricultura e os setores ligados ao financiamento, comercialização e processamento da produção agro-pecuária.

6) Relatório Gazeta Mercantil, de 19.11.91, pág. 10.